GUILHERME EL HADI FRANCO MORGULIS

**LIMITES DA COORDENAÇÃO ENTRE EMPRESAS
NO ÂMBITO DA ANÁLISE PRÉVIA DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOSÉ MARCELO MARTINS PROENÇA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO/SP

2017

GUILHERME EL HADI FRANCO MORGULIS

**LIMITES DA COORDENAÇÃO ENTRE EMPRESAS
NO ÂMBITO DA ANÁLISE PRÉVIA DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Comercial Comercial, sob a orientação do Prof. Dr. José Marcelo Martins Proença.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO/SP

2017

Morgulis, Guilherme El Hadi Franco

Limites da Coordenação entre Empresas no âmbito da Análise
Prévia dos Atos de Concentração / Guilherme El Hadi Franco
Morgulis; orientador José Marcelo Martins Proença – São Paulo,
2017. 128 p.

Dissertação (Mestrado em Direito). Área de concentração: Direito
Comercial. Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Concorrencial 2. Controle de Estruturas 3. Análise
Prévia 4. Consumação 5. Condições de concorrência. I. Proença,
José Marcelo Martins, orient. II. Título

Nome: MORGULIS, Guilherme El Hadi Franco

Título: Limites da Coordenação entre Empresas no âmbito da Análise Prévia dos Atos de Concentração

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À família e aos amigos

RESUMO

A presente dissertação identifica e descreve o instituto de análise prévia de atos de concentração criado pela Lei n.º 12.529/11. Por meio de seu artigo 88, §3º e §4º, referida Lei prevê que: (i) as operações cuja submissão ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica é obrigatória não podem ser consumadas pelas partes previamente a sua aprovação, e (ii) é ilícita a execução de qualquer ato que implique a alteração das condições de concorrência entre as partes envolvidas em uma operação até que aprovada pelo CADE. Tais normas foram instituídas com a finalidade de garantir a eficácia do controle prévio dos Atos de Concentração econômica. Contudo, seu alcance é ainda de certa forma incerto. Ao adotar tipificação aberta aos conceitos de “consumação” de uma operação e de “alteração das condições de concorrência”, a Lei n.º 12.529/11 confere flexibilidade ao instituto da análise prévia, permitindo que sua interpretação possa se adequar às constantes mudanças das práticas negociais. Ao mesmo tempo, no entanto, essa característica pode ensejar certa insegurança jurídica: sem a compreensão mínima a respeito do conteúdo de tais conceitos, os agentes privados terão dificuldades em cumprir o comando legal. Nesse cenário, faz-se necessário estabelecer parâmetros de interpretação que permitam a razoável identificação das condutas vedadas no contexto da análise prévia de atos de concentração. Esta tarefa é aqui realizada em seis etapas: (i) a contextualização das infrações relacionadas a Atos de Concentração no âmbito da análise prévia de operações; (ii) a análise dos objetivos pretendidos pelo legislador pátrio com a instituição de um sistema de análise prévia, bem como da utilidade do Direito Comparado em sua interpretação; (iii) a proposta de uma tipologia de atos que violem as obrigações previstas no artigo 88, §3º e §4º, da Lei n.º 12.529/11; (iv) delimitação conceitual e prática da infração de consumação de uma operação; (v) delimitação conceitual e prática da infração de alteração das condições de concorrência; e (vi) consequências jurídicas da realização dessas infrações.

Palavras-chave: Direito Concorrencial. Controle de Estruturas. Análise Prévia. Consumação. Condições de Concorrência..

ABSTRACT

This dissertation identifies and describes the premerger review regime created by Law no. 12,529/11. Under article 88, §3 and §4, such law provides that: (1) the transactions that must be submitted for review by the Administrative Council for Economic Defense shall not be consummated prior to its approval; and (2) it is unlawful to perform any act that results in a change in the competitive conditions between the parties of a transaction until it is approved. Such rules were issued with the purpose of ensuring the effectiveness of the premerger review regime. However, their meaning is still elusive. By adopting open-ended terms to the concepts of “consummating” a transaction and “changing competitive conditions”, Law no. 12,529/11 confers flexibility to the premerger review system, allowing interpretations that may be adapted to the everchanging evolution of business practices. At the same time, however, this characteristic could reduce certainty: without a minimum understand about the reach of theses concepts, private agents will have difficult to comply with the law. In this scenario, it is necessary to establish interpretative guidance that will allow the reasonably identification of the conducts forbidden in the context of a premerger review system. This interpretative exercise is herein performed in six steps: (1) contextualizing the violations to the premerger review system; (2) analyzing the goals aimed by legislators with the creation of a premerger review system, as well as the possible resource to Comparative Law as a source for interpretation; (3) proposition of a typology of the conductst that violate the obligations provided for under article 88, §3 e §4, of Law no. 12,529/11; (4) conceptual and practical definition of the act of consummating a transaction; (5) conceptual and practical definition of the act of changing competitive conditions; and (6) sanctions related to the performance of such violations.

Keywords: Competition Law. Merger Review. Premerger analysis. Consummation. Competitive conditions.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
1.1.	O PAPEL DOS CONCEITOS INDETERMINADOS NO CONTROLE PRÉVIO DE ESTRUTURAS	11
1.2.	PROPOSTA DE ABORDAGEM	17
2.	FUNDAMENTOS DO CONTROLE PRÉVIO E COMPARAÇÃO...21	
2.1.	O CONTROLE PRÉVIO DE ESTRUTURAS.....	21
2.2.	ORIGEM DO CONTROLE PRÉVIO NO DIREITO COMPARADO	23
2.3.	FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE PRÉVIA DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO	25
2.3.1	Fortalecimento institucional e efetividade	25
2.3.2	Incentivos positivos aos agentes privados	34
2.3.3	Parâmetros de interpretação teleológica	36
2.3.4	Aspectos potencialmente negativos	36
2.3.5	Síntese de parâmetros de interpretação	40
2.4.	PREMISSAS PARA A COMPARAÇÃO JURÍDICA.....	41
2.5.	SISTEMAS DE ANÁLISE PRÉVIA	45
2.5.1	Estados Unidos.....	45
2.5.2	União Europeia	49
2.5.3	O Sistema Brasileiro	52
3.	CONSUMAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONCORRÊNCIA	55
3.1.	TIPOLOGIA DE INFRAÇÕES RELACIONADAS A ATOS DE CONCENTRAÇÃO	55
3.2.	A ANÁLISE DA CONSUMAÇÃO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO	59
3.3.	A VEDAÇÃO À ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONCORRÊNCIA	64
3.3.1	Consumação parcial e atuação conjunta	67
3.3.2	Cláusulas contratuais.....	71
3.3.3	Compartilhamento de informações	73
3.4	A PRÁTICA DO CADE.....	77
3.4.1	Prática investigativa	78
3.5	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	88
4.	CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS.....	90
4.1.	NATUREZA JURÍDICA DA CONDIÇÃO LEGAL	91
4.2.	A APROVAÇÃO DO CADE COMO REQUISITO DE VALIDADE.....	92
4.2.1	Incidência da Invalidez	92

4.2.2 Alcance da Invalidez	93
4.3. A IMPOSIÇÃO DE MULTA	94
4.3.1 Dosimetria da Multa	95
4.4. CONCURSO DE INFRAÇÕES	97
4.5. PRESCRIÇÃO	99
4.6 SÍNTESE	99
5. CONCLUSÃO	107
BIBLIOGRAFIA	109

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda um aspecto específico do relativamente novo instituto de análise prévia de atos de concentração criado pela Lei n.º 12.529/11. Trata-se da previsão do artigo 88, §3º e §4º, da referida Lei no sentido de que atos de concentração, tal como legalmente definidos, devem ser analisados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) de forma prévia.

A extensão da obrigação de não fazer contida no comando legal que determina a necessidade de aprovação prévia é ainda objeto de debate, criando um ambiente eivado de certa insegurança jurídica. Definir os exatos limites e o alcance do art. 88, §3º e §4º, da Lei n.º 12.529/11 é, portanto, essencial para garantir um ambiente de negócios razoavelmente previsível¹. Esse é o escopo desse trabalho: propor parâmetros de interpretação para delimitar quais os limites da coordenação entre as partes de um ato de concentração até sua aprovação pela autoridade concorrencial.

1.1. O PAPEL DOS CONCEITOS INDETERMINADOS NO CONTROLE PRÉVIO DE ESTRUTURAS

Por meio da Lei n.º 12.529/11², o Direito Concorrencial brasileiro foi reformulado para prever, no âmbito do sistema de controle de estruturas³, a análise prévia de atos de concentração econômica. Como parte dessa reforma, a referida Lei prevê, em seu artigo

¹ A própria reforma do sistema teria sido desencadeada, segundo alguns autores, com o objetivo de tornar o ambiente institucional brasileiro mais favorável aos negócios (vide FARINA, Elizabeth M.M.Q. e ARAÚJO, Patricia Agra. *The Recent Development of the Brazilian Competition Policy System*, in FOX, Eleanor M.; SOKOL, D. Daniel (eds.). *Competition Law and Policy in Latin America*. Oxford: Hart Publishing, 2009, pp. 34/35).

² Nesse trabalho referida como Lei de Defesa da Concorrência.

³ A respeito da distinção clássica entre o controle de estruturas e o controle de condutas no Direito Concorrencial, vide SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial – as estruturas*. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 17. Note-se, no entanto, que a definição dos atos que devem ser sujeitos ao controle de estruturas não é uniforme em todos os países, os quais podem adotar modelos mais ou menos amplos de controle conforme busquem ampliar ou restringir os tipos de negócios sujeitos à aprovação da autoridade concorrencial. Para fins deste capítulo, é suficiente a noção de que, em uma operação sujeita ao controle de estruturas, há, por qualquer meio ou forma, transferência não transitória de ativos produtivos entre agentes econômicos (cf. HOVENKAMP, Herbert. *The Antitrust Enterprise: Principle and Execution*. Cambridge: Harvard University Press, 2008, p. 207) ou união de centros decisórios. Conforme a Lei Modelo de 2010 da UNCTAD a respeito de matéria concorrencial: “‘Mergers and acquisitions’ refers to situations where there is a legal operation between two or more enterprises whereby firms legally unify ownership of assets formerly subject to separate control.” No documento da OCDE de 2005 *Recommendation of the Council on Merger Review*, define-se ato de concentração como: “merger, acquisition, joint venture, or any other form of business amalgamation, combination or transaction that falls within the scope and definitions of the competition laws of a Member country governing business concentrations or combinations.”

88, §3º e §4º, que: (i) as operações⁴ cuja submissão ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) é obrigatória não podem ser consumadas pelas partes previamente a sua aprovação, e (ii) é ilícita a execução de qualquer ato que implique a alteração das condições de concorrência entre as partes envolvidas em uma operação até que seja proferida decisão final pelo CADE:

§ 3º Os atos que se subsumirem ao disposto no caput deste artigo *não podem ser consumados antes de apreciados*, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária, de valor não inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nem superior a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a ser aplicada nos termos da regulamentação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo, nos termos do art. 69 desta Lei.

§ 4º Até a decisão final sobre a operação, *deverão ser preservadas as condições de concorrência entre as empresas envolvidas*, sob pena de aplicação das sanções previstas no § 3º deste artigo.” (grifo nosso)

Tais normas foram estabelecidas com a finalidade de garantir a eficácia do controle prévio dos atos de concentração econômica⁵ ao prever rígidas sanções por seu descumprimento: a invalidade dos atos praticados e a imposição de multa. As condutas vedadas não são, no entanto, plenamente definidas na Lei de Defesa da Concorrência, que adota uma tipificação aberta, ao prever, como infrações, a *consumação* de uma operação e a *alteração das condições de concorrência* previamente à aprovação do CADE⁶.

⁴ Os termos “operação” e “concentração empresarial” serão utilizados no presente trabalho de forma equivalente a “ato de concentração”.

⁵ A importância dada ao tema pelas autoridades internacionais pode ser vislumbrada no discurso de Neelie Kroes após a imposição de multa sobre a Tractebel por ter adquirido controle da Compagnie Nationale du Rhône antes de obter aprovação da autoridade concorrencial europeia: “*It is essential for effective merger control that companies respect scrupulously the requirement to notify concentrations of a European dimension to the Commission before they are implemented. Implementing a transaction which has not received the clearance foreseen in EU law constitutes a serious breach of the Merger Regulation. Today's decision sends a clear signal that the Commission will not tolerate breaches of this fundamental rule of the EU merger control system.*” (disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-09-895_en.htm?locale=en, acesso em 10.10.2013). A falha em submeter não é, no entanto, a única modalidade de *gun jumping* reconhecida pela Comissão Europeia. No caso Bertelsmann/Kirsh/Premiere (Processo nº IV/M.993, decisão da Comissão Europeia em 27.5.1998), a Comissão entendeu indevida que haja prestação de determinados serviços de forma conjunta pelas partes de uma operação, previamente a sua aprovação.

⁶ O Regimento Interno do CADE (Resolução 1/2012) estipula, em seu artigo 108, §2º, que “As partes deverão manter as estruturas físicas e as condições competitivas inalteradas até a apreciação final do Cade, sendo vedadas, inclusive, quaisquer transferências de ativos e qualquer tipo de influência de uma parte sobre a outra, bem como a troca de informações concorrencialmente sensíveis que não seja estritamente necessária para a celebração do instrumento formal que vincule as partes.”

Essa imprecisão conceitual revela-se pelo fato de que a expressão “*consumar* um ato de concentração” não possui conteúdo que claramente a distinga de outros fenômenos da realidade.⁷ Alude, em princípio, à ideia de conclusão ou realização de uma operação, sem que seja possível, no entanto, identificar quais atos ou fatos implicam, temporal e materialmente, a *consumação* de uma operação. De modo similar, não parece haver um significado preciso ou predeterminado do que constituem “condições de concorrência” entre agentes econômicos; expressão que pode referir-se a uma miríade de circunstâncias e pressupostos. É possível inferir, por exemplo, que somente haja condições de concorrência entre empresas que efetivamente concorram entre si (*i.e.* que atuem no mesmo mercado), ou, diversamente, que tais condições remetam à forma como as empresas se comportam perante o mercado, independentemente de sua posição (concorrente, fornecedora, cliente ou agente com atuação em mercado não relacionado) para com sua contraparte em um ato de concentração.

A imprecisão dessas expressões não aparenta ser uma característica ocasional. Pelo contrário. A adoção de conceitos indeterminados⁸ confere à legislação concorrencial característica peculiar, tornando os efeitos práticos gerados por um ato mais importantes que sua forma para fins do processo de subsunção legal⁹. A preocupação com a realidade das formas é inerente ao Direito Concorrencial¹⁰, que visa à proteção da concorrência no mercado a partir da regulação da atividade econômica e, portanto, deve ser capaz de se adaptar ao dinamismo da realidade dos negócios. Assim, na esfera da regulação da

⁷ O conteúdo de um conceito é composto do conjunto de suas propriedades, de suas notas distintivas como fenômeno da realidade. (cf. Silvio de Macedo in FRANÇA, R. Limongi (coord.). *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 17, p. 34).

⁸ Conforme Eros Grau: “[S]ão tidos como indeterminados os conceitos cujos termos são ambíguos ou imprecisos – especialmente imprecisos –, razão pela qual necessitam ser completados por quem os aplique. Neste sentido, são eles referidos como conceitos carentes de preenchimento com dados extraídos da realidade” (GRAU, Eros Roberto, *Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*, São Paulo: Malheiros, 2002, p. 212).

⁹ Sobre a prevalência da substância sobre a forma na interpretação de normas de cunho concorrencial, vide, entre outras, as decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos da América em *Appalachian Coals, Inc. v. United States*, 288 U.S. 344 (1933); *Copperweld Corp. v. Independence Tube Corp.*, 467 U.S. 752 (1984); *American Needle, Inc. v. National Football League*, 560 U.S. 183 (2010).

¹⁰ Nesse sentido, a respeito do tratamento do vínculo entre empresas, SALOMÃO FILHO expõe que o Direito Concorrencial “utiliza conceitos mais amplos, menos societários e mais econômicos” (SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013, p. 307). Da mesma forma, a supremacia do conteúdo sobre a forma dos atos é presente, ainda que na maioria dos casos indiretamente, em precedentes do CADE. Nesse sentido, veja-se o voto-vista do Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro nos autos do Ato de Concentração n.º 08012.002870/2012-38 (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.), Conselheiro-Relator Eduardo Pontual Ribeiro, j. em 28.8.2013. Na ocasião, a presença de determinadas cláusulas foi considerada suficiente para atribuir ao conteúdo de um contrato de licenciamento de tecnologia caráter associativo (art. 90, inciso IV, da Lei n.º 12.529/11), ainda que, conceitualmente, contratos de licenciamento não necessariamente possuam natureza associativa, mas comutativa.

concorrência, convive-se com conceitos de terminologia fluida, os quais conferem aplicabilidade dos parâmetros de análise ao contexto econômico de cada caso concreto. Esse também é o caso das expressões *consumação* de uma operação e alteração das *condições de concorrência*, condutas vedadas *in medio tempore* no sistema de análise prévia de operações.

“Essa fluidez de terminologia, por um lado, é importante para a eficácia da legislação na tutela do mercado, dada a dinâmica da atividade econômica. Entretanto, por outro lado, pode trazer uma insegurança ao agente econômico, (...). [M]esmo que os conceitos dados pela legislação sejam vagos, fluidos ou imprecisos, ainda assim têm algum conteúdo determinável, um conteúdo mínimo indiscutível, ou seja, de qualquer deles se pode dizer que compreendem uma zona de certeza positiva, dentro da qual ninguém duvidaria do cabimento da palavra que os designa, e uma zona de certeza negativa, em que seria certo que por ela não estaria obrigada, pois, se assim não fosse, não seriam conceitos.”¹¹.

O entendimento de que os conceitos de *consumação* de uma operação e *condições de concorrência* são indeterminados possui duas consequências relevantes para o presente ensaio. Primeiro, afasta a incidência do poder discricionário da Administração em sua delimitação, trazendo-os ao plano da interpretação, em que há apenas uma solução ao caso concreto¹². E nem poderia ser diferente, pois, falando-se em dispositivos que tratam de atuação sancionadora da Administração¹³, admitir que a imposição de penas aos

¹¹ Cf. PROENÇA, José Marcelo Martins. Concentração empresarial e o direito da concorrência. São Paulo: Saraiva, 2001. pp. 59/60.

¹² Não se nega que na interpretação dos conceitos indeterminados, há certa margem de autonomia da Administração. No entanto, essa autonomia não pode ser entendida como exercício de poder discricionário, uma vez que, para cada caso concreto, a interpretação dos conceitos deve trazer somente uma solução, sem o uso de valoração subjetiva (vide JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 10ª Ed. São Paulo: RT, 2014, pp. 256/259). Em sentido diverso a essa posição, Bandeira de Mello aponta que, quando da presença de conceitos indeterminados, haverá discricionariedade *relativa* na apreciação da Administração, cuja atuação será vinculada nos casos de certeza positiva ou negativa, mas discricionária nos casos de dúvida quanto à incidência dos conceitos: “[a] discricionariedade ensejada pela fluidez significativa do pressuposto ou da finalidade da norma cingir-se-á sempre ao campo de elimináveis dúvidas sobre o cabimento dos conceitos utilizados pela regra de direito aplicada. Fora daí, não haverá discricionariedade, mas vinculação.” (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Discricionariedade e Controle Jurisdicional*. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2012, pp. 31/32, grifo no original) Assim, o autor admite que a determinação dos contornos da certeza positiva ou negativa não é tarefa discricionária da Administração (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Curso de Direito Administrativo*. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013, pp. 988/993). O resultado dessa contraposição, no entanto, parece de certa forma contraditória. Se, fora das zonas de certeza positiva e certeza negativa, há vinculação da Administração, a definição dessas zonas é passível de revisão judicial, não podendo ser fixada conforme juízo de conveniência e oportunidade do aplicador do direito. Nesse caso, os critérios de interpretação de tais conceitos também não são discricionários.

¹³ Note-se que a consumação prematura de uma operação e a alteração das condições de concorrência entre as partes de uma operação previamente à aprovação do CADE são infrações administrativas, ainda que não

administrados pudesse ser aplicada ou não pela autoridade, conforme critérios de conveniência e oportunidade de seu aplicador (já que, por definição, a discricionariedade implica a existência de mais de uma solução a um caso concreto), não teria outro resultado senão a consolidação da arbitrariedade no ordenamento brasileiro¹⁴.

De fato, eventual discricionariedade somente existiria se houvesse disposição legal que permitisse a realização de juízo de valor a respeito do cabimento de uma ou outra solução para cada caso concreto¹⁵. Contudo, a vagueza das expressões *consumação* e *condições de concorrência* não implica que tais conceitos não possuam conteúdo determinável¹⁶, a ser substituído por juízo de valor subjetivo da Administração. Em verdade, a existência de conteúdo determinável decorre da própria necessidade de tornar os comandos legais efetivos, cabendo ao aplicador do direito subsumir as hipóteses fáticas *in concreto* às normas em questão, por meio de sua *interpretação*.

Em outras palavras, conceitos indeterminados ainda são conceitos, rótulos atribuídos a determinado fenômeno da realidade que devem ser definidos por meio da hermenêutica jurídica. Sua função permanece a de permitir a subsunção de todos os fatos que nele se enquadrem à norma que os prevê¹⁷.

“os conceitos formados por termos indeterminados integram, sempre, descrição do fato em exame com vistas à aplicação do direito. Embora permitam, por sua vagueza semântica, aberta às mudanças de valorações (inclusive as valorações semânticas) – devendo, por isso, o aplicador do direito averiguar quais são as conotações adequadas e as concepções éticas efetivamente vigentes, de modo a determiná-los *in concreto* de forma apta –, a verdade é que, por se integrarem na

necessariamente infrações à ordem econômica. Isto é, na aplicação desses conceitos, a atividade da Administração é punitiva.

¹⁴ A imposição de sanções administrativas deve ser realizada à luz dos princípios da tipicidade e da segurança jurídica. Assim, os tipos legais, ainda que abertos, devem ser interpretados de forma a permitir um grau mínimo de certeza quanto à reprovabilidade das condutas dos administrados. Nesse sentido, Fábio Medina Osório preceitua que, não obstante seja útil o recurso a conceitos indeterminados e até mesmo à utilização da chamada “tipicidade permissiva” no âmbito do Direito Administrativo Sancionador, não há que haver “deslegalização” de normas que tratem de direitos individuais (*in casu*, a liberdade de iniciativa dos administrados): “Não é possível uma lei sancionadora delegar, em sua totalidade, a função tipificatória à autoridade administrativa, pois isso equivaleria a uma insuportável deterioração da normatividade legal sancionadora, violentando-se a garantia da legalidade” (OSÓRIO, Fábio Medina. *Direito Administrativo Sancionador*. 4. ed. São Paulo: RT, 2011, pp. 230/231).

¹⁵ Os conceitos indeterminados não atribuem discricionariedade à atuação da Administração, uma vez que sua interpretação independe de sua vontade ou de algum juízo de valor (cf. MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 40ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 132/133).

¹⁶ Em verdade, o próprio vocábulo “conceito indeterminado” é equivoco, na medida em que, em alguma medida, seu conteúdo será sempre determinável (cf. GRAU, Eros Roberto, *op. cit.*, p. 211/212).

¹⁷ Cf. AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 6/8.

descrição do fato, a liberdade do aplicador se exaure na fixação da premissa. Por essa razão, uma vez estabelecida, in concreto, a coincidência ou a não coincidência entre o acontecimento real e o modelo normativo, a solução estará, por assim dizer, predeterminada. O caso é, pois, de subsunção. Não haverá, aí, criação do direito por parte do juiz, mas apenas interpretação”¹⁸

A segunda consequência remete ao fato de que, caso não haja uma compreensão mínima do conteúdo ou significação dos conceitos *consumação* e *condições de concorrência*, corre-se o risco de criar um ambiente de insegurança jurídica aos agentes que realizem operações cuja submissão ao CADE é obrigatória¹⁹. Isso porque, sem fixar os traços mínimos que caracterizam esses conceitos e os distinguem dos demais, não seria possível aferir *ex ante* quais condutas poderiam ser realizadas previamente a um pronunciamento definitivo da autoridade.

Definir os exatos limites e o alcance do art. 88, §3º e §4º, da Lei de Defesa da Concorrência é essencial para garantir um ambiente de negócios razoavelmente previsível. E, para tanto, deve-se determinar o significado desses conceitos a partir de seu texto, contexto, finalidade e posição no ordenamento jurídico, de modo a lhe atribuir sentido razoavelmente certo. Com isso, a função disciplinadora do comando normativo se aperfeiçoa, conformando a atuação dos administrados aos ditames legais, já que, com regras claras, não há motivos para que um agente privado se exponha ao risco de ter sua conduta questionada²⁰.

¹⁸ MARTINS COSTA, Judith. *A Boa-fé no Direito Privado*. São Paulo: RT, 1999; p. 326. De forma similar, Betti preceitua que: [n]on c'è differenza di qualità nell'apprezzamento interpretativo fra l'ipotesi di disposizione precisa e l'ipotesi che all'interprete sia lasciato un più largo margine e spazio di libertà, una maggior latitudine di apprezzamento - come del resto, può accadere anche nella valutazione di prove e quindi nell'accertamento del fatto. (...) Nell'un caso e nell'altro considerazioni di opportunità non sono ammissibili. Il criterio di decisione è necessariamente unico in un dato momento storico, (...). Tutto il contrario accade nella discrezionalità: qui, mancando una valutazione legislativa insita in una norma di carattere univoco, è rimessa all'autorità la valutazione di ciò che esige nel caso concreto l'interesse pubblico: e questa è essenzialmente una valutazione di opportunità chiamata a scegliere, fra più linee di condotta possibili (...). (BETTI, Emilio. *Interpretazione della Legge e degli Atti Giuridici (Teoria Generale e Dogmatica)*. 2ª Ed. Milano: Giuffrè, 1971, p. 160).

¹⁹ Importante notar que a adoção de critérios claros para interpretação da legislação de defesa da concorrência é recomendada também em países cujo sistema jurídica é a *Common Law*. Vide, nesse sentido, ARTHUR, Thomas C. Farewell to the Sea of Doubt: Jettisoning the Constitutional Sherman Act. *California Law Review*, v. 74:263, n. 9, p. 267-268, 1986.

²⁰ Esse entendimento é compartilhado por Kai-Uwe Kühn que, em entrevista concedida em 20.5.2015 (disponível em <http://www.eventbrite.com/e/the-global-antitrust-economics-conference-interview-with-kai-uwe-kuhn-tickets-17056526530> em 24.5. 2015), assim se manifestou a respeito da troca de informações entre concorrentes: “I think clear safe harbor rules are particularly important. They do not just give a greater degree of certainty to firms, but they also improve enforcement. Specifically, when the efficiency benefits of going beyond the safe harbor are small, there is no reason for firms to expose themselves to enforcement risk.

Esse é o objeto central deste trabalho: buscar atribuir soluções aos casos concretos, por meio da proposição de *critérios*²¹ de interpretação dos conceitos jurídicos. Essa tarefa é necessária, pois sem a determinação de tais critérios interpretativos, o Direito se esvaziaria e não traria soluções práticas, mas apenas arbitrariedades. E, não sendo prático, não seria Direito²².

1.2. PROPOSTA DE ABORDAGEM

Para atribuição de um conteúdo mínimo de significância a novos conceitos no ordenamento jurídico brasileiro (*consumação* de uma operação e *condições de concorrência*), as seções a seguir abordarão o contexto em que se insere a introdução de um sistema de análise prévia de atos de concentração no Brasil. Nesse momento, será abordada a adoção de sistemas de controle prévio de estruturas (seja por meio da introdução de leis de defesa da concorrência, seja por sua reforma). Em alguns países, como é o caso do Brasil, os dispositivos relativos à análise prévia de atos de concentração refletem, em boa medida, a experiência de ordenamentos de maior tradição na área – notadamente a União Europeia e os Estados Unidos da América.

Como será demonstrado, a utilização de transplantes legais²³ como mecanismo de reforma da legislação brasileira de defesa da concorrência torna pertinente, observadas as diferenças textuais das normas, o recurso ao Direito Comparado²⁴ como parâmetro interpretativo. Com esse propósito, serão analisadas as razões que levaram o legislador brasileiro a aderir ao controle prévio de estruturas – levando em consideração seus aspectos positivos e negativos – e contrapondo-as àquelas utilizadas pelo legislador

(...)What is more important is that a very clear and predictable policy helps to deter those behaviors with the most detrimental impact. This can best be achieved by defining a clear set of behaviors that are considered problematic under a specific set of circumstances. This is the best way of achieving deterrence.”

²¹ Não se defende que os critérios poderiam variar para cada caso concreto, conforme a conveniência do interesse público. A utilização de critérios divergentes não teria outro resultado senão a insegurança jurídica e a arbitrariedade.

²² Não se propõe aqui, ressalte-se, que o método de interpretação proposto nesse trabalho seja exaustivo ou deva prevalecer sobre todos os demais possíveis. A prática jurídica rejeita, acertadamente, que um método interpretativo seja superior aos demais (vide, *e.g.*, LEAL, Rogério. O Método na Pesquisa Jurídica: Tipologias Tradicionais. *Revista da AJURIS*. Ano XXIX. n. 87, tomo I, Setembro de 2002. p. 247 a 264) ou que seja universalmente aplicável.

²³ O termo “transplante legal” foi primeiro utilizado por Alan Watson em sua obra *Legal Transplants: An Approach to Comparative Law*. 2 ed. Athens: University of Georgia Press, 1993.

²⁴ O Direito Comparado (estudo comparado do Direito) é “um método de estudos jurídicos que consiste no confronto entre normas, instituições, institutos ou ordens jurídicas, chamados *termos a comparar*, cotejando-os para evidenciar-lhes as diferenças e semelhanças. Funda-se no princípio da comparabilidade, pois não há comparação senão entre coisas comparáveis.” (SILVA, José Afonso da. Comparação Jurídica. *Revista Trimestral de Direito Público*, v. 28, Malheiros, p. 5-10, 1999).

européu e estadunidense. Igualmente, serão estabelecidos os aspectos textuais exclusivos à legislação nacional.

Posteriormente, serão delimitadas, em linhas gerais, as diferentes condutas que podem constituir violação ao art. 88, §3º e §4º, da Lei de Defesa da Concorrência e os diferentes tipos de erro em que um agente privado, sem dolo, pode incorrer. Essa distinção, por sua vez, permitirá a construção de quadro sistemático dos atos que configuram a consumação prematura de uma operação, ou a alteração das condições de concorrência entre as partes.

Nos capítulos subsequentes, os conceitos consumação de uma operação e alteração (ou manutenção) das condições de concorrência serão objeto de interpretação e, consequentemente, delimitação²⁵. No tocante à *consumação* de operações, tendo em vista as diversas modalidades pelas quais uma operação pode ser realizada, o estudo dos atos jurídicos que as concretizarão ganha relevância prática e teórica²⁶. Nesse sentido, por exemplo, a alienação de uma instalação produtiva (imóvel) formalmente ocorrerá apenas a partir da apresentação do título a registro (artigo 1246 do Código Civil de 2002). Em seu aspecto material, no entanto, nada impede que a transferência de controle (ainda que parcial) sobre um estabelecimento ocorra em momento anterior²⁷, o que poderia gerar impasse quanto à existência ou não de infração à lei.

O quadro é igualmente complexo no que se refere ao alcance da expressão *alteração das condições de concorrência*. A troca de informações entre as partes é, por exemplo, um elemento essencial para o processo de negociação, planejamento e implementação de uma operação, seja ela uma fusão, aquisição, *joint venture*, ou outra. Sob a nova sistemática legal²⁸, esta troca é presumivelmente permitida somente no contexto de uma negociação e desde que dentro do estritamente necessário para a celebração do instrumento formal que vincule as partes. Contudo, o limite em que essa

²⁵ O processo de interpretação não tem outro resultado senão a declaração do conteúdo jurídica da norma ou conceito sob análise.

²⁶ O enquadramento do conceito de consumação de uma operação sob uma perspectiva obrigacional (adimplemento) ou real (transferência de direitos de propriedade), por exemplo, mostra-se alternativa possível, ainda que não necessariamente exaustiva, para atribuir-lhe significado.

²⁷ Sobre a incongruência entre a realidade jurídica e os fatos no contexto da consumação de uma operação, Forgioni aduz que: “Sem a autorização o ato não pode licitamente produzir sua eficácia plena. A Lei lhe impõe cláusula suspensiva tácita, nos termos do art. 125 do Código Civil. Mas, no mundo dos fatos, é possível que altere a situação de mercado.” FORGIONI, Paula A.. *Os Fundamentos do Antitruste*. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 425. Vide capítulo 6.2 a respeito do tema.

²⁸ Artigo 108, §2º, do Regimento Interno do CADE.

prerrogativa pode ser exercida não é claro. A delimitação de quais seriam essas informações e em quais contextos poderiam ser trocadas é, assim como a definição do conceito de *consumação*, tarefa que será abordada nesta dissertação.

Como última etapa, será realizada análise das sanções jurídicas aplicáveis à violação ao artigo 88, §3º e §4º, da Lei de Defesa da Concorrência. A esse respeito, a redação da Lei de Defesa da Concorrência já deu ensejo, por exemplo, a dúvidas quanto à existência de nulidade ou anulabilidade de uma operação quando da ocorrência dessas infrações²⁹. Essa distinção terá, por suposto, efeitos práticos de grande relevância para fins de determinação do alcance da invalidade sobre determinados atos.

E, como resultado das conclusões desenvolvidas ao longo deste trabalho, espera-se propor critérios interpretativos para determinar as condutas passíveis de punição por se enquadrarem como *consumação* ou *alteração das condições de concorrência*. Dessa forma, poder-se-á contribuir para a criação de soluções práticas que conciliem a finalidade das normas à necessária segurança jurídica na disciplina da atuação dos agentes privados.

Por fim, cumpre ressaltar que foge ao escopo desse trabalho a investigação sobre questões procedimentais relativas a Atos de Concentração e questões atinentes à configuração de infrações à ordem econômica, sem prejuízo de que estas sejam distinguidas da consumação prematura. Além disso, questões relacionadas aos critérios que tornam a submissão de uma operação ao CADE obrigatória ou relacionadas aos resultados da declaração de invalidade dos atos que configurem *gun jumping*³⁰ perante terceiros não serão abordadas.

Igualmente, serão estudadas as hipóteses factuais que podem configurar a consumação prematura de uma operação ou a alteração das condições de concorrência

²⁹ Não obstante previsão legislativa em contrário, Taufick defende que um negócio consumado seria anulável e não nulo. (TAUFICK, Roberto Domingos. *Nova Lei Antitruste Brasileira: A Lei 12.529/2011 comentada e a análise prévia no direito da concorrência*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012, p. 439)

³⁰ *Gun jumping* é o termo comumente utilizado na doutrina e jurisprudência internacionais (especialmente estadunidense) para se referir à integração prematura da atividade das empresas. A vedação à prática de determinados atos até a decisão final das autoridades concorrenciais sobre uma operação constitui, nas palavras de Watson (WATSON, A. Legal Transplants and European Private Law. *Electronic Journal of Comparative Law*, vol 4.4, 2000), exemplo de “transplante” de uma lei para outra jurisdição. Este estudo não pretende discutir a possibilidade ou não de “transplantes legais”, combatida fortemente por Legrand (LEGRAND, Pierre. The Impossibility of “Legal Transplants”. *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, v. 4, p. 111-124, 1997), mas antes compreender como esse novo conceito se adéqua à sistemática jurídica brasileira (LASSER, Mitchel de S.-O- l’E. The question of understanding. In LEGRAND, Pierre e MUNDAY, Roderick (Eds.). *Comparative Legal Studies: Traditions and Transitions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 197-239).

entre as partes, mas não as características que tornam a submissão de operações ao CADE obrigatória.

Em outras palavras, o objeto do presente estudo será a análise dos fatos que acarretam a consumação de uma operação ou a alteração indevida das condições de concorrência entre as partes de um ato de concentração econômica, sem adentrar as características objetivas e subjetivas que tornam obrigatória a submissão de uma operação à autoridade concorrencial. Esses temas poderão permear a dissertação de modo incidental e apenas na medida em que sejam instrumentais à análise dos temas objeto do ensaio. Como dito, tal objeto da presente pesquisa é primordialmente relacionado à delimitação dos conceitos de *consumação* de uma operação e *alteração das condições de concorrência* sob a perspectiva de atuação das empresas.

5. CONCLUSÃO

A introdução do regime de análise prévia de atos de concentração no Brasil pode ser considerada um importante passo para o aprimoramento o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Mediante a atribuição de poderes ao CADE para que análise atos de concentração de forma prévia, fortalece-se institucionalmente a autoridade concorrencial, que passa a efetivamente ter poderes para coibir, em seu nascedouro, a criação de estruturas de mercado com efeitos negativos sobre a concorrência.

O sucesso desse instituto depende da garantia de que empresas não realizarão qualquer ato que possa importar a consumação de uma concentração econômica ou a alteração das condições de concorrência entre as partes (artigo 88, §3º e 4º, da Lei de Defesa da Concorrência). Caso tais condutas não fossem vedadas pela lei, o controle de estruturas realizado pelo CADE não seria prévio. Daí poder-se dizer que, em realidade, a vedação ao chamado *gun jumping* no Direito Brasileiro nada mais é do que o pressuposto lógico desse sistema.

A mera previsão legal de ilegalidade não é sempre, contudo, suficiente para desincentivar condutas. Para isso, dois elementos são necessários: (i) a clareza quanto às condutas consideradas ilícitas e (ii) sanções com poder repressivo suficiente.

O segundo elemento é cumprido pela própria lei, que estipula rígidas sanções para as empresas que consumarem uma operação ou alterarem as condições de concorrência entre si previamente à aprovação do CADE: (i) a nulidade dos atos praticados, (ii) a imposição de multa; e (iii) a potencial abertura de investigação à ordem econômica.

O primeiro elemento, por sua vez, somente pode ser atingido por meio da definição de critérios interpretativos para delinear as hipóteses em que as obrigações de não fazer legalmente determinadas restarão descumpridas. Essa foi a tarefa buscada por este trabalho, que, por meio do recurso aos fundamentos do instituto da análise prévia de atos de concentração, bem como à experiência internacional, buscou delimitar os conceitos de *consumação* de uma operação e *alteração das condições de concorrência*.

Nesse sentido, atribuiu-se interpretação restritiva ao vocábulo *consumação*, fundando-se em seu significado comum, tal como empregado em outras esferas do Direito.

Por meio desse expediente, restringiu-se o conceito de consumação à concretização definitiva das hipóteses previstas no artigo 90 da Lei de Defesa da Concorrência, atribuindo clareza ao rol de condutas que configuram a consumação de uma concentração empresarial.

Por outro lado, buscou-se conferir interpretação flexível ao conceito de *alteração das condições de concorrência*, de forma a permitir sua constante adaptação à prática negocial. Para tanto, foram buscados critérios interpretativos fundados nos objetivos da norma: prevenir efeitos negativos sobre o mercado, mesmo que transitórios, e, ao mesmo tempo, garantir a efetividade do controle de estruturas (segurança jurídica que assegura maiores incentivos a seu cumprimento). A resposta encontrada foi basear a análise de licitude dos atos em: (i) sua reversibilidade; (ii) seus potenciais efeitos *prima facie* sobre o comportamento competitivo das partes; (iii) sua necessidade para a viabilização da operação.

A síntese da utilização de uma interpretação restritiva para o conceito de consumação, com a adoção de critérios interpretativos mais amplos para a definição de alteração das condições de concorrência (sem a construção de um rol exaustivo de condutas vedadas até a aprovação do CADE), parece-nos o caminho mais adequado para assegurar segurança jurídica às empresas, e garantir a efetividade do controle de estruturas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

2008 ANNUAL REVIEW OF ANTITRUST LAW DEVELOPMENTS. Chicago: ABA Publishing, 2009.

ABA SECTION OF ANTITRUST LAW. *Premerger Coordination: The Emerging Law of Gun Jumping and Information Exchange*. Chicago: ABA Publishing, 2006.

AKERLOFF G. The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMATO, Giuliano; EHLERMANN, Claus-dieter (Ed.). *EC Competition Law: A critical assessment*. 2. ed. Portland: Hart Publishing, 2007. 836 p.

ANDERS, Eduardo Caminati, BAGNOLI, Vicente et. al.. *Nova Lei de Defesa da Concorrência Comentada*. São Paulo: RT, 2012.

ANDERS, Eduardo Caminati, PAGOTTO, Leopoldo et. al. (coords.). *Comentários à Nova Lei de Defesa da Concorrência*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

ANDRADE, Maria Cecília. *Controle de Concentrações de Empresas: estudo da experiência comunitária e a aplicação do artigo 54 da Lei nº 8.884/94*. São Paulo: Singular, 2002.

ANTITRUST LAW DEVELOPMENTS. 6ª Ed. Chicago: ABA Publishing, 2007. V.I.

ANTITRUST LAW DEVELOPMENTS. 6ª Ed. Chicago: ABA Publishing, 2007. V.II.

ARTHUR, Thomas C. Farewell to the Sea of Doubt: Jettisoning the Constitutional Sherman Act. *California Law Review*, v. 74:263, n. 9, p. 267-268, 1986.

ASCARELLI, Tulio. *Ensaio e Pareceres*. São Paulo: Saraiva, 1952.

ASCARELLI, Tulio. *Panorama do Direito Comercial*. Sorocaba: Editora Minelli, 2007.

AXINN, Stephen M. *Acquisitions Under the Hart-Scott-Rodino Antitrust Improvements Act*. 3ª Ed. New York: Law Journal Press, 2010. V. 1.

AXINN, Stephen M. *Acquisitions Under the Hart-Scott-Rodino Antitrust Improvements Act*. 3ª Ed. New York: Law Journal Press, 2010. V. 2.

AXINN, Stephen M. *Acquisitions Under the Hart-Scott-Rodino Antitrust Improvements Act*. 3ª Ed. New York: Law Journal Press, 2010. V. 3.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio Jurídico: Existência, Validade e Eficácia*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Novos Estudos e Pareceres de Direito Privado*. São Paulo: Saraiva, 2009. 627 p.

AZEVEDO, Alvaro Villaça de. *Código Civil Comentado*. Coordenador Álvaro Villaça de Azevedo. São Paulo: Atlas, 2008. V. 2.

BAER, William J. *Reflections on 20 Years of Merger Enforcement under the Hart-Scott-Rodino Act*. Discurso perante a *Conference Board, Washington, D.C.*, (29.10.1996) e perante a *35th Annual Corporate Counsel Institute, Northwestern University School of Law, Corporate Law Center, San Francisco, CA* (31.10.1996). Disponível em https://www.ftc.gov/public-statements/1996/10/reflections-20-years-merger-enforcement-under-hart-scott-rodino-act#N_37_. Acesso em 30.1.2015.

BAER, William J. e BALTO, David A., *New Myths and Old Realities: Recent Developments in Antitrust Enforcement*. Colum. Bus. L. Rev. 207 1999

BAKER, Jonathan B. Recent Developments in Economics That Challenge Chicago School Views. *Antitrust Law Journal*, Chicago, v. 58, p. 645-656, 1989-1990.

BAKER, Jonathan B. Competition Policy as a Political Bargain. *Antitrust Law Journal*, Chicago, v. 73, 2005-2006, p. 483-530.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Curso de Direito Administrativo*. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Discrecionalidade e Controle Jurisdicional*. 2ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BATTS, Alicia J., KRULLA Rhett R., INGRASSIA, John R., *Don't Jump The Merger Gun As Tempting As It Is To Get Started, Businesses Must Wait Out The Agencies' Review*, Legal Times, Abril 2008

BETTI, Emilio. *Interpretazione della Lege e degli Atti Giuridici (Teoria Generale e Dogmatica)*. 2ª Ed. Milano: Giuffrè, 1971.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927. V. 1.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. V. 3.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. V. 4.

BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939. V. 5.

BLUMENTHAL, William. *The Rhetoric of Gun-jumping*. Discurso na *Annual Antitrust Seminar of Greater New York Chapter, New York, November 10, 2005*. Disponível em <http://www.ftc.gov/speeches/blumenthal/20051110gunjumping.pdf>. Acesso em 1.10.2013.

BLUMENTHAL, William. The scope of permissible coordination between merging entities prior to consummation. *Antitrust Law Journal*. vol. 63, n. 1, p. 36. American Bar Association, 1994.

BOK, Derek. *Section 7 of the Clayton Act and the Merging of Law and Economics*, Harvard Law Review, Dezembro, 1960.

BORK, Robert H. *The Antitrust Paradox: A Policy at War with Itself*. New York: The Free Press, 1993.

BOTTA, Marco. The impact of multi-jurisdictional concentrations on the new competition law jurisdictions: a case study on Brazil, in WHISH, Richard e TOWNLEY, Christopher. *New Competition Jurisdictions: Shaping Policies and Building Institutions*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

BOTTA, Marco. Merger Remedies Imposed by the Competition Authorities of the Emerging Economies. *World Competition*. v. 34. n. 2, Kluwer Law International. pp. 321-338, 2011.

BRASIL, Ato de Concentração n. 08700.007899/2013-39 (Requerentes: Petróleo Brasileiro S.A. e Total E&P do Brasil Ltda.), Conselheiro-Relator Alessandro Octaviani Luis, j. em 9.4.2014

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08700.004150/2012-59 (Rede D'Or São Luiz S.A./Medgrupo), Conselheiro-Relator Ricardo Machado Ruiz, j. em 5.6.2013.

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08012.001697/2002-89 (Requerentes: Nestlé Brasil Ltda. e Chocolates Garoto S.A.), Conselheiro-Relator Thompson Almeida Andrade, j. em 4.2.2004

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08700.005775/2013-19 (Requerentes: OGX Petróleo e Gás e Petróleo Brasileiro S.A.), Conselheira-Relatora Ana de Oliveira Frazão, j. em 28.8.2013).

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08700.008289/2013-52 (Requerentes: UTC Petróleo e Gás S.A. e Aurizônia Petróleo S.A., Conselheira-Relatora Ana de Oliveira Frazão, j. em 5.2.2014;

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08700.008292/2013-76 (Requerentes: Potióleo S.A. e UTC Petróleo e Gás S.A.), Conselheiro-Relator Alessandro Octaviani Luis, j. em 5.2.2014;

BRASIL, Consulta n.º 08700.000207/2014-02 (Requerente: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Conselheiro-Relator Eduardo Pontual Ribeiro, j. em 2.4.2014.

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08700.004957/2013-72. (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Bayer S.A.) Conselheiro-Relator Alessandro Octaviani Luis, j. em 23.01.2014

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08012.002870/2012-38 (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Syngenta Proteção de Cultivo Ltda.) Conselheiro Relator: Marcos Paulo Veríssimo, j. em 28.08.2013

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08012.006702/2012-08 (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Nidera Sementes Ltda.) Conselheiro Relator: Alessandro Octaviani Luis, j. em 28.08.2013

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08012.003898/2012-34 (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, Conselheiro Relator: Alessandro Octaviani Luis, j. em 28.08.2013

BRASIL, Ato de Concentração n.º 08012.003937/2012-01 (Requerentes: Monsanto do Brasil Ltda. e Don Mario Sementes Ltda., Conselheiro Relator: Eduardo Pontual Ribeiro, j. em 28.08.2013

BRASIL, Processo Administrativo 53500.003888/2001 (Representadas: DR Empresa de Distribuição de TV Ltda. e Antenas Comunitárias Brasileiras Ltda.), Conselheiro Relator Luis Fernando Rigato Vasconcellos, j. em 01.09.2005.

BRODER, Douglas. *U.S. Antitrust Law and Enforcement: A Practice Introduction*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BROWN, Jeffrey D. *2011 Competition Act & Commentary – Stikeman Elliot LLP*. Markham: Lexis Nexis, 2010.

BUCCIROSSI, Paolo (Ed.). *Handbook of Antitrust Economics*. Cambridge: The MIT Press, 2008.

BULGARELLI, Waldirio. *Fusões, Incorporações e Cisões de Sociedades*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BULGARELLI, Waldirio. *Contratos Mercantis*. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CALLIARI, Marcelo, e CIANFARANI, Joana. *The Brave New World of Brazil's New*

Competition Law. Competition Law International. Agosto 2012.

CALVANI, Terry e ALDERMAN, Karen. *BRIC in the International Merger Review Edifice*. Cornell International Law Journal, 73 (2010).

CAPOBIANCO, Antonio. Information Exchange EC Competition Law. 41 *Common Market Law Review*. Netherlands. 2004.

CARDOZO, José Eduardo Martins et. al. *Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Atlas, 2011.

CARLETTI, Elena, HARTMANN, Philipp e ONGENA, Steven. *The Economic Impact of Merger Control Legislation*. European University Institute, Florence Department of Economics. 2012.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. V. 1.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V. 2.

CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. V. 4. T. I.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 24ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2008. 384 p.

COMISSÃO EUROPEIA, XXIII Relatório sobre a Política de Concorrência de 1993. Disponível em http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/en_GB/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=CM8294650. Acesso em 20.2.2015.

COMISSÃO EUROPEIA. *Le probleme de la concentration dans le marche commun*. Studies: Competition Series 3, 1966. Disponível em <http://aei.pitt.edu/40303/>. Acesso em 20.2.2015.

COMPARATO, Fábio Konder. Aspectos Jurídicos da Macro-empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

COMPARATO, Fábio Konder. *Novos Ensaio e Pareceres de Direito Empresarial*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

COMPARATO, Fábio Konder. *Direito Empresarial: Estudos e Pareceres*. São Paulo:

Saraiva, 1995.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Poder de Controle na Sociedade Anônima*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. Guia para Análise da Consumação Prévia de Atos de Concentração Econômica. 2015. Disponível em <http://www.cade.gov.br/>. Acesso em 30.6.2015.

CORDOVIL, Leonor, 'Gun Jumpin' or Cartel: Is Brazil Prepared for this Analysis?', in vide FOX, Eleanor M.; SOKOL, D. Daniel (eds.). *Competition Law and Policy in Latin America*. Oxford: Hart Publishing, 2009, pp. 137/147.

COSNITA-LANGLAIS, Andreea. Enforcement of Merger Control : Theoretical insights for its Procedural Design. *Revue Economique*, Presses de Sciences Po, 2016, 67

CRANE, Daniel A. *Rethinking Merger Efficiencies*. University of Michigan Law School Scholarship Repository, 2011.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Gun Jumping: o possível tratamento de estratégias colusivas ou de coordenação anteriores à notificação do ato de concentração no regime da nova lei da concorrência. *Revista Brasileira de Direito Comercial*, n.2, Julho 2015

DABBAH, Maher M.. *International and Comparative Competition Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DENNIS, Kenneth G. *Competition' in the History of Economic Thought*. New York: Arno Press, 1977.

DEPOORTERE, Frederic e LELART, Stephane. *The Standstill Obligation in the ECMR*. *World Competition* 33, no. 1 (2010): 103–120.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 27ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014. 966 p.

DRAGO, Bruno de Luca e MORSELLI, Fabianna Vieira Barbosa. *Clarifying Gun Jumping Through Guidelines: The Brazilian Experience*. *Journal of European Competition Law & Practice*. Novembro, 2015

ELHAUGE, Einer; GERADIN, Damien. *Global Competition Law and Economics*. Oxford: Hart Publishing, 2007.

ELZINGA., Kenneth G.. The Antimerger Law: Pyrrhic Victories? *Journal of Law & Economics*, vol. 12, n. 1, pp. 43-78, abril de 1969.

ENGLE, Eric. *The Globalization of Antitrust and Competition Law*. (June 14, 2012). 21

Currents Int'l Trade L.J. 3 (2012). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2084218> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2084218>

EPSTEIN, Richard A. *Antitrust Consent Decrees in Theory and Practice: Why Less Is More*. Washington: AEI Press, 2007.

ESTADOS UNIDOS. United States v. Gemstar-TV Guide Int'l, Inc., 2003-2 Trade Cas. (CCH) 74,082 (D.D.C. 2003) (No. 03-00198).

ESTADOS UNIDOS, United States v. Sara Lee Corp., 1996-1 Trade Cas. 71,301, 1996 WL 120857 (D.D.C. 1996)

ESTADOS UNIDOS, United States v. Equity Group Holdings, 1991-1 Trade Cas. (CCH) 69320, 1991 WL 28878 (D.D.C. 1991).

ESTADOS UNIDOS, Federal Trade Commission, [Reflections on 20 Years of Merger Enforcement under the Hart-Scott-Rodino Act](#), October 31, 1996

ESTADOS UNIDOS, Federal Trade Commission, Antitrust Guidelines for Collaborations Among Competitors, Abril 2000

EVENETT, Simon J.; LEHMANN, Alexander; STEIL, Benn (Ed.). *Antitrust Goes Global: What future for Transatlantic Cooperation?*. Washington, D.c: Brookings Institution Press, 2000.

FARINA, Elizabeth M.M.Q. e ARAÚJO, Patricia Agra. The Recent Development of the Brazilian Competition Policy System, in FOX, Eleanor M.; SOKOL, D. Daniel (eds.). *Competition Law and Policy in Latin America*. Oxford: Hart Publishing, 2009,

FARMER, Susan Beth. The Evolution of Chinese Merger Notification Guidelines: A Work in Progress Integrating Global Consensus and Domestic Imperatives. *Tulane Journal of International and Comparative Law*. Vol. 18. Winter 2009. No. 1. New Orleans, Louisiana, United States. 2009.

FATTORI, Piero; TODINO, Mario. *La disciplina della concorrenza in Italia*. Nuova edizione Bologna: Società Editrice Il Mulino, 2010.

FAULL, Jonathan; NIKPAY, Ali (Ed.). *The EC Law of Competition*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007.

FERNANDES, Luís A. Carvalho. *Teoria Geral do Direito Civil II: fontes, conteúdo e garantia de relação jurídica*. 3ª Ed. Lisboa: Universidade Católica, 2001.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio; SALOMÃO FILHO, Calixto; NUSDEO, Fabio (Org.). *Poder Econômico: Direito, Pobreza, Violência, Corrupção*. Barueri: Manole, 2009.

FONSECA, Antônio. *Infrações de Gun Jumping e o CADE*. Migalhas, Julho 2015.

FONSECA, Priscila M. P. Correa da e SZTAJN, Rachel. *Código Civil Comentado*. Coordenador Álvaro Villaça de Azevedo. São Paulo: Atlas, 2008. V. 11.

FORGIONI, Paula A.. *Os Fundamentos do Antitruste*. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

FOX, Eleanor e CRANE, Daniel. *Global Issues in Antitrust and Competition Law: Cases and Materials*. Saint Paul: Thomson Reuters, 2010.

FOX, Eleanor M.; SOKOL, D. Daniel (eds.). *Competition Law and Policy in Latin America*. Oxford: Hart Publishing, 2009.

FOX, Eleanor M. and GAL, Michal S. *Drafting Competition Law for Developing Jurisdictions: Learning from Experience* Law & Economics Research Paper Series Working Paper No. 14-11. New York University School of Law (April 2014).

FRANÇA, R. Limongi. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 17.

FRANÇA, R. Limongi. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1977. V. 18.

FRANCESCHINI, José Inácio Gonzaga; FRANCESCHINI, José Luiz Vicente de Azevedo. *Poder Econômico: Exercício e Abuso: Direito Antitruste Brasileiro*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1985.

FREYER, Tony A., *Antitrust and Global Capitalism 1930–2004*. Nova York: Cambridge Press. 2006

GABAN, Eduardo Molan; DOMINGUES, Juliana Oliveira. *Direito Antitruste*. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAL, Michal S., *Merger Policy for Small and Micro Jurisdictions* (January 18, 2013). More Pros and Cons of Merger Policy (2013). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2202718>

GALÁN, Juan Ignacion Font; ABAD, Manuel Pino (Org.). *Estudios de Derecho de la competencia*. Barcelona: Marcial Pons, 2005.

GALGANO, Francesco. *Il Contratto*. Padova: Cedam, 2007.

GARCIA, William T. *Gun Jumping: Pitfalls, Uncertainties & Solutions: Material on Corporate Counseling*. ABA Section of Antitrust Spring Meeting. Março, 2009.

GERVEN, Gerwin van e SNELS, Tom. *The New ECMR: Procedural Improvements*. Legal Issues of Economic Integration 32(2): 193–208, 2005.

GILBERTO, André Marques. *O Processo Antitruste Sancionador: aspectos processuais da repressão às infrações da concorrência no Brasil*. São Paulo: Lex, 2010.

GOLDBERG, Daniel. *Poder de Compra e Política Antitruste*. São Paulo: Editora Singular, 2006.

GOMES, Carlos Jacques Vieira. O princípio constitucional da livre concorrência: corolário da livre iniciativa ou princípio autônomo da ordem econômica?. In: DANTAS, Bruno et al. *Estado e Economia em Vinte Anos de Mudanças: Sistema Tributário e Ordem Econômica*. Brasília: Senado Federal, 2008. p. 331-346.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

GOMES, Orlando. *Contratos*. 26ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GOTTS, Ilene Knable (editor). *The Merger Control Review*. Reino Unido: Law Business Research Ltd, 2013.

GRAELLS, Albert Sánchez. *Book Review: Competition Law and Policy in Latin America. Eleanor M. Fox and D. Daniel Sokol (eds.)*, European Competition Journal, Dezembro 2009.

GRAU, Eros Roberto; FORGIONI, Paula Andrea. *O Estado, a Empresa e o Contrato*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988*. 5ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*. São Paulo: Malheiros, 2002.

GUEDES, Sanzia Mirelly da Costa. *Análise Prévia dos Atos de Concentração e a Cessão de Direitos e Obrigações dos Contratos de Concessão e Partilha de Produção na Indústria do Petróleo*. Revisto de Defesa da Concorrência, Vol. 03, Maio de 2015.

GUTMANN, Jerg, e VOIGT, Stefan. Lending a Hand to the Invisible Hand? Assessing the Effects of Newly Enacted Competition Laws. (Fevereiro, 2014). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2392780> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2392780>.

HARTY, Ronan P. *Pre-merger coordination between merging parties: Antitrust considerations*. Apresentado no Encontro Anual ABA Section of Business Law, Antitrust Committee ABA Annual Meeting San Francisco, California, Agosto, 2003

HAWK, Barry E (Fordham Competition Law Institute). *International Antitrust Law & Policy*. Huntington: Juris Publishing, 2010. 466 p.

HIRSCH, Günther. MONTAG, Frank. SÄCKER, Franz-Jürgen. *Competition Law: European Community Practice and Procedure*. Sweet & Maxwell. London, England.

2007.

HOVENKAMP, Herbert. *Federal Antitrust Policy: The Law of Competition and its Practice*. 3. ed. St. Paul: West Publishing Co., 2005. 841 p. (Hornbook Series).

HOVENKAMP, Herbert. *The Antitrust Enterprise: Principle and Execution*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

HWANG, Tzong-Leh e CHEN, Chiyuan. *The Future Development of Competition Framework*. (International Competition Law Series V. 15). The Hague: Kluwer Law International, 2004.

INTERNATIONAL COMPETITION NETWORK. *Recommended Practices for Merger Notification Procedures*. Disponível em <http://www.internationalcompetitionnetwork.org/uploads/library/doc588.pdf> 2011. Acesso em 30.1.2015.

JONES, Alison; SUFRIN, Brenda. *EU Competition Law: text, cases, and materials*. 4. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

JONES, Clifford e MATSUSHITA, Mitsuo (eds). *Competition Policy in the Global Trading System - Perspectives from the EU, Japan and the USA*. (International Competition Law Series V. 5). The Hague: Kluwer Law International, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 10ª Ed. São Paulo: RT, 2014.

KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In TRUBEK, David e SANTOS (Eds.), Alvaro. *The New Law and Economic Development: A Critical Appraisal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KOVACIC, William E., HSR at 35: the early US premerger notification experience and its meaning for new systems of competition law, in WHISH, Richard e TOWNLEY, Christopher. *New Competition Jurisdictions: Shaping Policies and Building Institutions*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012, pp. 9-34.

LAGE, Santiago Martínez; JUAN, Amadeo Petitbò (Org.). *El Abuso de la Posición de Dominio*. Barcelona: Marcial Pons, 2006. 162 p. (Colección Derecho).

LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (orgs.). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. V. 1.

LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES PEDREIRA, José Luiz (orgs.). *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. V. 2.

LANG, Matthias. *Legal Uncertainty – a Selective Deterrent*. Max Planck Institute for Research on Collective Goods Bonn. Novembro 2014

LASSER, Mitchel de S.-O- l'E. The question of understanding. In LEGRAND, Pierre e MUNDAY, Roderick (Eds.). *Comparative Legal Studies: Traditions and Transitions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 197-239.

LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. *Lei das Sociedades por Ações Anotada*. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEAL, Rogério. O Método na Pesquisa Jurídica: Tipologias Tradicionais. *Revista da AJURIS*. Ano XXIX. n. 87, tomo I, Setembro de 2002. p. 247 a 264

LEGRAND, Pierre. The Impossibility of "Legal Transplants". *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, v. 4, p. 111-124, 1997.

LEVY, Nicholas. *European Merger Control Law: A Guide to the Merger Regulation*. New Providence: Matthew Bender & Company (LexisNexis), 2014. V. 1.

LEX MUNDI ANTITRUST COMPETITION AND TRADE PRACTICE GROUP, Pre-Merger Notification, 2009, disponível em: <http://www.lexmundi.com/Document.asp?DocID=8585>

LIEBESKIND, Richard. *Gun-jumping: Antitrust Issues Before Closing the Merger*. Discurso na *ABA Section of Business Law, Antitrust Committee, ABA Annual Meeting, San Francisco, California, August 8, 2003*. Disponível em <http://www.pillsburylaw.com/siteFiles/Publications/16ADC9E2C53CF6E9F97E3F0A3F6F3242.pdf> . Acesso em 1.10.2013.

LONDOÑO, Alfonso Miranda. Antitrust Merger Policy in Colombia. *Cornell International Law Journal*. Vol. 43. Ithaca, NY, United States. 2010.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996. V. 1.

LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Anônimas: Comentários à Lei*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. V. 1.

LUCENA, José Waldecy. *Das Sociedades Limitadas*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

LUIGA, Sten et al. New EU states proactive on competition. *International Financial Law Review*. London, England. December, 2004.

MACNAB, Andrew. *Bellamy & Child Materials on European Community Law of Competition*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MANNE, Geoffrey A. e WEINBERGER, Seth. International signals: The political dimension of international competition law. *Antitrust Bulletin*. v. 57.

MARTINS, Amanda Athayde Linhares. *Gun Jumping, Controle Prévio de Estruturas e o CADE*. Revista do IBRAC. São Paulo, n. 22, p. 57-80, jul-dez 2012.

MARTINS COSTA, Judith. *A Boa-fé no Direito Privado*. São Paulo: RT, 1999.

MARTINS COSTA, Judith. *Comentários ao Novo Código Civil*. Coordenador Sávio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2003. V. 5. T. I.. 768 p.

MARQUIS, Milton A. *Staying on the Safe Side of the Hart-Scott-Rodino Act*, The Practical Lawyer American Law Institute, Agosto, 2003.

MATTEI, Ugo. Three Patterns of Law: Taxonomy and Change in the World's Legal Systems. *The American Journal of Comparative Law*, v. 45, n. 1 (Winter, 1997), pp. 5-44.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 13ª Ed. São Paulo: RT, 2009.

MEHRA, Pranav. *CCI fines Eithad for gun jumping*. Indian Competition Law Review. Agosto, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 40ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: plano da existência*. 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: plano da validade*. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Atualizado por Ruymar de Lima Nucci. Campinas: Bookseller, 2001. V. 2. T. II.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Atualizado por Ruymar de Lima Nucci. Campinas: Bookseller, 2001. V. 2. T. III.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. V. 6. T. I.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. V. 6. T. II.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1947. V. 6. T. III.

MERRYMAN, John H.. *The Civil Law Tradition*. 2 ed. Stanford: Stanford University Press, 1985, p. 28. MILAGRES, Marcelo de Oliveira. *Direito Econômico dos Contratos*. Niterói: Impetus, 2006.

MEYER, David L. Section 2 Standards and Consumer Welfare: Some Lessons from the World of Merger Enforcement. *Columbia Business Law Review*. New York, NY, United States. 2007.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954. V. 3.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Geral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. V. 4.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Geral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970. V. 5.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Especial*. Atualização por Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: RT, 2012. V. 24.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Especial*. Atualização por Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: RT, 2012. V. 25.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Especial*. Atualização por Gustavo Tepedino. São Paulo: RT, 2012. V. 31.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de Direito Privado: Parte Especial*. Atualização por Claudia Lima Marques e Bruno Miragem. São Paulo: RT, 2012. V. 38.

MODRALL, James R. CIULLO, Stefano. Gun-Jumping and EU Merger Control, *European Competition Law Review*, 424. Sweet & Maxwell. London, England. 2003.

MONTI, Giorgio. *EC Competition Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MORESCO, Celso Luiz. Conceitos Jurídicos Indeterminados. *Revista Trimestral de Direito Público*. Vol. 14, 1996. pp. 78-95.

MORGULIS, Guilherme *et. al.* Gun Jumping: Cade's Experience Under The New Antitrust Law, in ZARZUR, Cristianne *et. al.* (eds.). *Overview of Competition Law in Brazil*. São Paulo: IBRAC/Editora Singular, 2015.

MORSE, M. Howard. Mergers and Acquisitions: Antitrust Limitations on Conduct Before Closing. *The Business Lawyer*, Vol. 57, No.4, August 2002.

MOTTA, Massimo. *Competition Policy: Theory and Practice*. New York: Cambridge University Press, 2004.

NÁUFEL, José. *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*. 11ª Ed. Rio de Janeiro, Forense, 2008.

NAUGHTON, Michael C. Gun Jumping and premerger information exchange: counseling the harder questions. *Antitrust*. vol. 20, issue 3, Summer 2006.

NEVES, Iêdo Batista. *Vocabulário enciclopédico de tecnologia jurídica e de brocardos latinos*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. *Defesa da Concorrência e Globalização Econômica: o controle da concentração de empresas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico*. 6. ed. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 2010.

OHLHAUSEN, Maureen K. *An Ounce of Antitrust Prevention Is Worth a Pound of Consumer Welfare: The Importance of Competition Advocacy and Premerger Notification*. Discurso apresentado na Eleventh Annual Competition Day, Fiscalía Nacional Económica, Santiago, Chile. 5.11.2013.

OLIVEIRA, Amanda Flavio de; RUIZ, Ricardo Machado. *Remédios Antitruste*. São Paulo: Editora Singular, 2011.

OLIVEIRA, Gesner; RODAS, João Grandino. *Direito e Economia da Concorrência*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

Orbach, Barak. *The Durability of Formalism in Antitrust*. Arizona Legal Studies Discussion Paper No. 15-25, Julho 2015

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Competition Law and Policy in Brazil: a Peer Review*. OECD Publishing, 2010. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/4/42/45154362.pdf>. Acesso em 1.11.2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Definition of Transaction for the Purpose of Merger Control Review*. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/competition/Merger-control-review-2013.pdf>. Acesso em 30.1.2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Glossary of Industrial Organisation Economics and Competition Law*. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/8/61/2376087.pdf>. Acesso em 25.11.2011.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Unilateral Disclosure of Information with Anticompetitive Effects*. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/competition/Unilateraldisclosureofinformation2012.pdf>. Acesso em 1.10.2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Investigations of Consummated and Non-Notifiable Mergers - Brazil*, 25.2.2014. Disponível em

[http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DAF/COMP/WP3/WD\(2014\)5&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DAF/COMP/WP3/WD(2014)5&docLanguage=En)

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Investigations of Consummated and Non-Notifiable Mergers - European Union*, 25.2.2014. Disponível em http://ec.europa.eu/competition/international/multilateral/2014_feb_mergers_investigations_en.pdf. Acesso em 5.6.2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Information Exchanges Between Competitors under Competition Law*. Disponível em <http://www.oecd.org/competition/cartelsandanti-competitiveagreements/48379006.pdf>. Acesso em 17.10.2012.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Recommendation of the Council on Merger Review*. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/competition/mergers/40537528.pdf>. Acesso em 30.1.2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Report on Country Experiences with the 2005 OECD Recommendation on Merger Review*. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/competition/ReportonExperienceswithMergerReviewRecommendation.pdf>. Acesso em 30.1.2015.

OSÓRIO, Fábio Medina. *Direito Administrativo Sancionador*. 4. ed. São Paulo: RT, 2011.

PAPADOPOULOS, Anestis S. *The International Dimension of E.U. Competition Law and Policy*. Nova York: Cambridge University Press. 2010.

PEREIRA. Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. V. I.

PEREIRA. Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. V. IV.

PETTER, Lafayette Josué. *Princípios Constitucionais da Ordem Econômica: O significado e o alcance do art. 170 da Constituição Federal*. São Paulo: Editora Dos Tribunais, 2005.

POSNER, Richard A. *Antitrust Law*. 2ª Ed. London: Chicago University Press, 2001.

PROENÇA, José Marcelo Martins. *Concentração empresarial e o direito da concorrência*. São Paulo: Saraiva, 2001.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *Princípio da Livre Concorrência*. In: TORRES, Ricardo Lobo; KATAOKA, Eduardo Takemi; GALDINO, Flavio. *Dicionário de Princípios Jurídicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 803-813.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. GORDILHO JR., Mário Sérgio Rocha. *One Year After: Premerger Notification Unit in Brazil*. CPI Antitrust Chronicle. Agosto, 2013.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Os Fundamentos contra o Antitruste*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

REALE JUNIOR, Miguel; AZEVEDO, David Teixeira de. *A Ordem Econômica na Constituição*. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, n. , p.134-142, dez. 1995. Trimestral.

REBELO, Nikolai Sosa. *Os Investimentos e a Captação de Recursos por Contratos de “Private Equity” e “Venture Capital”*. Revista de Direito Mercantil, 159-160, Dezembro 2011

REEVES, Tony e HARRISON, Dan. *India's New Merger Control Regime: When Do You Need to File?* *American Bar Association Antitrust Magazine*, Vol. 26, No. 1, Fall 2011. Washington, DC, United States. 2011.

REIS, Iuri Ribeiro Novais dos. *Atos de Concentração e Interesse em Contratar na Nova Lei de Defesa da Concorrência*, Revista de Direito Privado, vol. 61/2015, p. 175 – 191, Jan – Mar. 2015

RIBEIRO, Camilla Schrappe. *Impacto de Análise Prévia dos Atos de Concentração nas Operações Societárias*. Revista do IBRAC vol. 23, 2013

RINGER, Thom. *Development, Reform, and the Rule of Law: Some Prescriptions for a Common Understanding of the “Rule of Law” and its Place in Development Theory and Practice*, YALE HUMAN RIGHTS & DEVELOPMENT Law Journal, 2007.

RITTER, Lennart *et. al.*, *European Competition Law: A Practitioner’s Guide*. 2ª ed. The Hague: Kluwer Law International, 2000.

ROCHA, João Carlos de Carvalho et al. (Org.). *Lei Antitruste: 10 anos de combate ao abuso de poder econômico*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2005.

RODGER, Barry J. *Competiton Policy, Liberalism and Globalization: A European Perspective*, Columbia Journal of European Law, New York, p. 1-35, 2000.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. *Código Civil Comentado*. Coordenador Álvaro Villaça de Azevedo. São Paulo: Atlas, 2008. V. 6. T. I.

RODRIGUEZ, A.E. e MENON, Ashok. *Limits To Antitrust Competition Policy in Developing Countries* (International Competition Law Series V. 43). Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2010.

ROPPO, Enzo. *O Contrato*. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1947.

ROSENTHAL, Michael e THOMAS, Stephan. *European Merger Control*. München: Verlag C. H. Beck, 2010.

RUSSO, Francesco et al. *European Commission Decisions on Competition: Economic Perspectives on Landmark Antitrust and Merger Cases*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SALGADO, Lúcia Helena. *A Economia Política da Ação Antitruste*. São Paulo: Editora Singular, 1997.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial: As Condutas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial: As Estruturas*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito Concorrencial*. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Novo Direito Societário*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação da Atividade Econômica: Princípios e Fundamentos Jurídicos*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação e Concorrência (estudos e pareceres)*. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

SAMADI, Fasez. CCI hits Thomas Cook with token gun-jumping fine. *Global Competition Review*. Agosto, 2014.

SAMÀ, Danilo. *The effectiveness of Competition Policy: an Econometric Assessment in Development and Developing Countries*. 2013. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=2425335> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2425335>.

SANTOS, J. M. de Carvalho. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1991. V. III.

SCHER, Scott. A. *Closed but not Forgotten: Government review of consummated mergers under Section 7 of the Clayton Act*, *Santa Clara Law Review*, Volume 45, 2004.

SCHERER, Frederic M. Some Principles for Post-Chicago Antitrust Analysis. *Case Western Reserve Law Review*, Cleveland, v. 52, p. 5-24, 2001-2002.

SCHLOSSBERG, Robert S. e ALDERMAN, Karen. *Survey of International Jurisdictions Providing For Judicial Merger Prohibition Decisions*. *The Antitrust Bulletin*: Vol. 58, 2013.

SCHUARTZ, Luís Fernando. *Poder Econômico e Abuso do Poder Econômico no Direito de Defesa da Concorrência*. Revista Tributária e de Finanças Públicas, São Paulo, v. 4, n. , p.280, jul. 1993.

SHAHEIN, Heba. Designing competition laws in new jurisdictions: three models to follow, in WHISH, Richard e TOWNLEY, Christopher. *New Competition Jurisdictions: Shaping Policies and Building Institutions*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

SHIEBER, Benjamin M.. *Abusos de Poder Econômico: Direito e Experiência Antitruste no Brasil e nos E.U.A.*. São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais, 1966.

SILVA, Clóvis V. do Couto e. *A Obrigação como Processo*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 29ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

SILVA, José Afonso da. Comparação Jurídica. *Revista Trimestral de Direito Público*, v. 28, Malheiros, p. 5-10, 1999.

SOKOL, D. Daniel, *Antitrust, Institutions, and Merger Control* (June 16, 2010). George Mason Law Review, v. 17, n. 4, 2010.

SOKOL, D. Daniel, *Gun Jumping?*, Antitrust & Competition Policy Blog, 23 de Abril de 2014.

SOKOL, D. Daniel and BLUMENTHAL, William, Merger Control: *Key International Norms and Differences* (January 8, 2012). INTERNATIONAL RESEARCH HANDBOOK ON COMPETITION LAW, Ariel Ezrachi ed., Edward Elgar, 2012. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1981794>

STEUER, Richard M., *The simplicity of antitrust law*. University of Pennsylvania Journal of Business Law. 2012

TAUFICK, Roberto Domingos. *Nova Lei Antitruste Brasileira: A Lei 12.529/2011 comentada e a análise prévia no direito da concorrência*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

TERHECHTE, Jorg Philipp. *International Competition Enforcement Law between Cooperation and Convergence*. Berlin: Springer, 2011.

TEPEDINO, Gustavo e SCHREIBER, Anderson. *Código Civil Comentado*. Coordenador Álvaro Villaza de Azevedo. São Paulo: Atlas, 2008. V. 4.

TODOROV, Francisco Ribeiro e TORRES FILHO, Marcelo Maciel. *History of Competition Policy in Brazil: 1930 – 2010*. The Antitrust Bulletin: Vol. 57, No. 2/Summer 2012.

UDRISTE, Ana Maria. *What is gun-jumping and how can we avoid it*. 2014 Rom. Competition J. 50 2014

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Model Law on Competition: Substantive Possible Elements for a Competition Law, Commentaries. and Alternative Approaches in Existing Legislation*. Disponível em http://unctad.org/en/Docs/tdrbpconf7d8_en.pdf. Acesso em 30.1.2015.

UTTON, Michael A. *International Competition Policy: Maintaining Open Markets in the Global Economy*. Cheltenham; Northampton: Edwar Elgar Publishing, 2006.

VAN ALSTINE, Michael P., The Costs of Legal Change. *UCLA Law Review*. v. 49, pp. 789-793, 2002.

VAN BAELE, Ivo; BELLIS Jean-Francois. *Il Diritto Comunitario della Concorrenza: Con analisi della disciplina del procedimento antitrust in Italia*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2009.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das Obrigações em Geral*. 10ª Ed. Coimbra: Almedina, 2008. V. I.

VARNEY, Christine A. *Procedural Fairness*. Discurso na 13th Annual Competition Conference of the International Bar Association Fiesole, Italy September 12, 2009. Disponível em <http://www.justice.gov/atr/public/speeches/249974.pdf>. . Acesso em 17.10.2010.

VIANA, Marco Aurélio S. *Comentários ao Novo Código Civil*. Coordenador Sávio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2003. V. 16.

VISCUSI, W. Kip; HARRINGTON JUNIOR, Joseph E.; VERNON, John M.. *Economics of Regulation and Antitrust*. 4. ed. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology Press, 2005.

WAISBERG, Ivo. *Direito e Política da Concorrência para os países em desenvolvimento*. São Paulo: Lex Editora, 2006.

WALD, Arnaldo. *Comentários ao Novo Código Civil*. Coordenador Sávio de Figueiredo Teixeira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. V. 14.

WAKED, Dina I. *Do Developing Countries Enforce their Antitrust Laws? A Statistical Study of Public Antitrust Enforcement in Developing Countries*. (Dezembro, 2011) Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2044047> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2044047>.

WATSON, Alan. Legal Transplants and European Private Law. *Electronic Journal of Comparative Law*, vol 4.4, 2000.

WATSON, Alan. *Legal Transplants: An Approach to Comparative Law*. 2 ed. Athens:

University of Georgia Press, 1993.

WIJCKMANS, Frank M. K. *Internationalization of competition policy observations from a European practitioner's perspective*. The Antitrust Bulletin, 2003.

WHISH, Richard. *Competition Law*. 6. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WHISH, Richard. *Recent Developments in EU and UK Competition Law*, Rivista Italiana di Antitrust, 23 April 2015

WHISH, Richard e TOWNLEY, Christopher. *New Competition Jurisdictions: Shaping Policies and Building Institutions*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.

WORLD TRADE ORGANISATION. *The Fundamental Principles of Competition Policy*. Note by the Secretariat of 7 June 1999 (WT/WGTCP/W/127). Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/comp_e/wgtcp_docs_e.htm. Acesso em 17.1.2011.

WORLD TRADE ORGANISATION. *Overview of Members' National Competition Legislation*. Note by the Secretariat of 27 November 2003 (WT/WGTCP/W/128/Rev.3). Disponível em http://www.wto.org/english/tratop_e/comp_e/wgtcp_docs_e.htm. Acesso em 17.1.2011.

VAN DER WOUDE, Marc e JONES, Christopher. *EU Competition Handbook*. London: Thomson Reuters, 2011.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo (Org.). *Desafios Atuais da Regulação Econômica e Concorrência*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.